

*roco na poesia lírica portuguesa* (Coimbra, 1971, p. 70, n. 16), dei a informação de que o soneto “Que cousa seja amor, não se compreende”, atribuído pelo Cancioneiro Fernandes Tomás a Estêvão Rodrigues de Castro e como tal incluído por Giacinto Manuppella na sua edição das *Obras Poéticas* (p. 347), se encontra atribuído a Martim de Crasto do Rio no ms. 6046, fl.103 r, da Biblioteca Nacional de Lisboa. Não afirmei que o soneto devia ser excluído da obra de Rodrigues de Castro, mas coloquei implicitamente em dúvida a sua atribuição ao poeta-médico. Como observa com pertinência Rui Mateus, em ensaio posterior sobre o cânone da lírica de Camões, coligido no meu livro *Camões: labirintos e fascínios* (Lisboa, Edições Cotovia, 1994, p. 100, n. 64), citei a primeira quadra do soneto como pertencendo este a Estêvão Rodrigues de Castro. Não fui prudente nem congruente com a dúvida suscitada na minha tese de doutoramento. Tendo encontrado o soneto atribuído também a Martim de Crasto do Rio no ms. 3563, fl. 75 r, da Biblioteca Nacional de Lisboa – um manuscrito merecedor de considerável confiança –, Mafalda Ferin Cunha integrou justificadamente este poema na sua valiosa edição da poesia de Crasto do Rio (*A poesia de Martim de Castro do Rio (c. 1548-1613)*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011, p. 203).

Em conclusão: a obra de Rui Mateus constitui um inteligente e substancial contributo para os estudos camonia-

nos em geral, para o conhecimento da obra poética de Estêvão Rodrigues de Castro e para o estudo da transição do Maneirismo para o Barroco na poesia lírica portuguesa.

*Vítor Aguiar e Silva*

**OS LUSÍADAS PARA GENTE NOVA**

**VASCO GRAÇA MOURA**

**Lisboa, Gradiva, 2012**

**150 páginas, ISBN 9789896164768**

Quando observados na estrita qualidade de produto cultural que circula no mercado específico que se preenche com os bens seus congêneres, aos quais se pode aplicar a designação de “obras literárias” (numa síntese generalizadora e, a cada dia que passa, mais heteróclita e vaga), *Os Lusíadas* configuram um caso curioso e digno de nota. Ao mesmo tempo que assistimos a uma significativa restrição da leitura do texto épico de Camões a contextos delimitados pelas paredes das instituições de ensino (seja ele básico, secundário ou universitário), às quais fica confiada (com resultados quase garantidos à partida) a tarefa de sustentação e de preservação de textos no mosaico canónico que o sistema literário coloca no seu centro, é impossível ignorar a atenção que, não certamente sem o impulso decorrente da sua intensa apropriação por parte do aparelho escolar, a obra tem vindo a merecer dos promotores de bens culturais destinados a um público não especializado,

tendencialmente massificado e que se deseja, com algum otimismo, progressivamente constituído fora do perímetro da escola. Neste campo muito particular de consumo cultural *motivado* (não necessariamente *ocupado*) pelo épico camoniano, assumem um lugar preponderante as diversas adaptações que têm sucessivamente vindo a lume nas últimas três décadas, recuperando dois fenómenos que marcaram a divulgação d'*Os Lusíadas* na primeira metade do século XX: a publicação de edições parafraseadas a que se assistiu, no final da monarquia e logo após a instauração do regime republicano, como as de José Agostinho (1907-1908) e de Campos Monteiro (1921), destinadas a dar suporte instrumental ao programa de instrução pública a que logo se deu urgente início; a disponibilização de adaptações da epopeia dirigidas a leitores em idade infantil e juvenil, reconhecidamente desprovidos de competência linguística e literária suficiente para assimilar o original. Foi João de Barros quem inaugurou, em 1930, este filão, reexplorado, até 1980, com intervalos longos entre publicações que se foram progressivamente encurtando, sobretudo de 1995 até à atualidade, período em que a pausa entre o aparecimento de duas novas versões adaptadas d'*Os Lusíadas* no mercado editorial só por uma vez superou os quatro anos (entre a primeira das duas adaptações já elaboradas por Alexandre Honrado, datada de 2002, e a saída da versão de Leonoreta Leitão, em 2007).

Não é difícil fazer coincidir esta aceleração no surgimento de adaptações d'*Os Lusíadas* destinadas a leitores infantis e jovens com a massificação da população escolar provocada pela generalização da escolaridade obrigatória de nove anos, que conheceu letra de lei em 1986. Enquanto texto merecedor de uma posição de destaque nas atividades de leitura orientada na disciplina de Língua Portuguesa do ano terminal do ensino obrigatório, a epopeia camoniana depressa se tornou objeto de trabalhos pedagógicos que viessem obviar (ou contornar) o problema da sua acessibilidade e da sua inteligibilidade por parte de leitores cujo apetrecho para a exposição a um produto textual e artístico desta complexidade se tinha configurado num modelo funcional de estudo da língua e da literatura transposto dos contributos teóricos do estruturalismo, no qual a leitura era entendida como atividade mais ou menos mecânica de descodificação de discursos (preferencialmente extraídos de transações comunicativas do quotidiano), segundo processos em que a consideração dos contextos de produção, dos códigos de composição e do cunho estético dos textos literários era praticamente ignorada. Era, portanto, natural que, quando se tornava *necessário* ler *Os Lusíadas*, o aluno (tornado leitor) pudesse dispor no mercado de instrumentos que permitissem superar os *handicaps* em que se tinham convertido as competências de leitura com que a escola o (não) habilita-

tara. As livrarias e bibliotecas escolares passaram a dispor dos textos em edições explicadas, anotadas, resumidas, didaticamente tratadas e adaptadas *ad usum puerorum* como nunca antes sucedera, numa vaga que chegou até hoje e tornou complementares, pelo menos em parte, as duas modalidades em que *Os Lusíadas*, enquanto obra, são hoje recebidos: como objeto de estudo que é acolhido de forma apaixonada pelos que o elegem (ou são por ele eleitos) para fulcro da sua atividade académica e com mal disfarçada repulsa pelos que não divisam no texto interesse que justifique a sua centralidade pedagógica; ou como objeto capaz de suscitar a fruição de um público que a modalidade anterior tomou como função ampliar e diversificar.

Que lugar ocupa, no movimento editorial aqui sumariamente esquematizado, a adaptação d'*Os Lusíadas* que Vasco Graça Moura fez chegar ao mercado em abril de 2012? Em síntese, poderíamos dizer que ocupa um lugar à parte, por razões de diversa ordem. Indicaremos, à cabeça, o facto de esta adaptação constituir um exemplo de receção do texto camoniano que combina, num grau de coesão nunca atingido por qualquer das suas antecessoras, a inescapável condição de produto de leitura que lhe é inerente com um evidente investimento criativo e poético da parte do adaptador, o que lhe permite, em simultâneo, atingir o intuito facilitador a que se propõe um texto desta índole e bloquear a percepção

do artifício no acesso ao original a que a leitura de uma adaptação dificilmente não conduz. O lado de “criação poética” desta versão, assumido pelo adaptador em entrevista a José Carlos de Vasconcelos e Leonor Nunes (*JL*, n.º 1089, p. 13), fortalece a relação dialógica com o original e amplifica a natureza estética do gesto adaptativo, que em muitos casos fica inteiramente subordinado à dimensão técnica implicada neste tipo de escrita. No texto de Graça Moura a escrita é diretamente impulsionada por uma confessada experiência de receção estética do original e toma como móbil a assunção declarada do valor literário que lhe é atribuído e que justifica, em pleno, o interesse do trabalho de vulgarização. A filiação imediata da epopeia camoniana numa galeria de “clássicos”, tomados em clave edificante, sublinha o lado celebrativo que o texto não esconde e o seu autor teve ocasião de afirmar em entrevista dada a Francisca Cunha Rêgo por ocasião do lançamento do livro (*JL. Suplemento Educação*, n.º 1085, p. 4), em que apresenta a sua adaptação como “homenagem útil a Camões”.

A complementaridade entre celebração e utilidade que esta adaptação consegue é outra das suas particularidades e traduz-se numa articulação entre a vontade de simplificação (pedagogicamente justificada pelo interesse de formação de leitores para os clássicos, de acordo com um programa de intenções que podemos considerar transversal a este género de publicações) e a cedência

de protagonismo ao texto camoniano, que nunca fora ensaiada de forma tão alargada nas adaptações anteriores. Esta complementaridade radica numa estratégia discursiva que alia e integra de modo muito eficaz o comentário e a síntese. Aos momentos de comentário fica reservado o desempenho da função de utilidade que a adaptação chama a si, esclarecendo com notas de teor didático os elementos de natureza literária, histórica e mitológica que o leitor médio do segmento etário que o autor delimita no prefácio (entre os 12 e os 15 anos) não domina e que são necessários à sua integral compreensão. Deve-se ao cariz metatextual dos momentos de comentário a força propedêutica do texto, que nunca perde de vista a débil autonomia do seu leitor implícito e, pensando nisso, sinaliza as transições entre o discurso explicado (ou *descrito*, como diria Genette) e o discurso sintetizado. E este reveste-se, na abordagem de Graça Moura, de uma frescura e de uma originalidade que advêm de algo decisivo para que seja ainda possível ao leitor a percepção da diferença, tantas adaptações d'*Os Lusíadas* depois – a dicção pessoal do adaptador, que faz interferir neste exercício (ou não impede que nele interfira) a sua experiência de poeta e de tradutor. A síntese d'*Os Lusíadas* contida nesta adaptação combina duas modalidades: a primeira, a mais frequente em adaptações, consiste na versão livre do original por recurso a um vocabulário simples, capaz de ser assimilado pelo novo destinatário; a

segunda, em que Vasco Graça Moura é inovador, é uma modalidade mista, na qual o discurso do adaptador se mistura com abundantes transcrições do original (que tanto podem ser blocos narrativos completos, sequências de estâncias, estâncias isoladas, conjuntos de versos, versos soltos ou até partes de versos), que se vê assim incrustado na moldura discursiva principal sempre que está em causa a preservação dos núcleos centrais da epopeia, dos seus momentos emblemáticos ou dos trechos consagrados pela memória e pelo uso (aqui sempre recuperados, por curtos que sejam). Mediante este processo, Graça Moura obtém um produto discursivamente compósito mas textualmente coeso e coalescente, ainda que a estratégia de escrita aposte numa nítida demarcação das transições entre os registos que a continuidade da voz narrativa habilmente consegue entretecer, anulando quebras artificiais entre os momentos narrativos e utilizando com destreza o comentário para aglutinar o trabalho de monta, que é o hipertextual. O texto resultante tem na pontuação empregue um auxiliar indispensável à nítida delimitação destes dois planos e das vozes que se vão sobrepondo, numa estrutura que supera em complexidade a do original, por acrescentar ao esquema discursivo d'*Os Lusíadas* (preservado quase no seu todo) a intervenção omnipresente do *tradutor* (se assim pudermos nomear a figura que comporta em si a tarefa dúplice de comentar e de narrar). Embora presente ligeiras incor-

reções (como sucede a meio da segunda estância da p. 121, onde faltam as aspas que deviam encerrar a fala do Gama ao Samorim), a pontuação funciona como mecanismo dúctil e eficaz de clarificação dos níveis narrativos concatenados no texto.

A validade desta estratégia discursiva, que não é de estranhar que sirva de norte a um estudioso d’*Os Lusíadas* que há muito advoga a leitura da epopeia camoniana enquanto objeto uno e coerente – levantando, em estudos como “Luís de Camões: alguns desafios” (inserido no volume homónimo de 1980), sólidas objeções às abordagens que, sobretudo por comodidade didática, entendem o texto segundo uma estruturação episódica – é consolidada pela utilização da oitava rima em toda a extensão da sua versão. Esta opção formal uniformiza estilisticamente o tecido textual e favorece a coesão expressiva da narrativa, ao mesmo tempo que preserva a estrutura prosódica do original. A unidade assim conseguida facilita, quando houver lugar a estratégias de fruição como a leitura em voz alta, por exemplo, a compreensão cabal do texto e anula a descontinuidade discursiva das soluções propostas nas anteriores versões, mesmo das que incorporam excertos do original, sempre até aqui embutidos na prosa do adaptador com inevitável sacrifício do efeito de conjunto e forçosa penalização da sequencialidade da leitura. Esta característica singular faz esta adaptação funcionar, como

nenhuma outra até aqui conseguira, como antologia, o que exponencia a sua capacidade de propulsionar o contacto com o texto camoniano e de reduzir o impacto negativo que a exposição à epopeia camoniana em contexto escolar gera num elevado número de jovens, composto por um misto de estranheza e desconforto que só poderá surpreender quem desconhece o teor das leituras orientadas que lhe servem de antecâmara ao longo do ensino básico, infelizmente pouco propiciadoras da formação linguística e literária requerida por um produto exigente como é o épico de Camões.

Mas também esse aparente entrave, consequência inescapável – mesmo para leitores treinados – da modificação do contexto referencial do leitor interpelado por Camões e do horizonte de expectativas com que um jovem, na atualidade, se abeira de uma epopeia produzida há mais de quatrocentos anos, é alvo da intervenção do adaptador, que introduz cirurgicamente no texto algumas vias de aproximação ao universo cultural e simbólico dos jovens de hoje. Trata-se de uma escolha que, se tomada em termos absolutos, pode comprometer o intuito de convocação do original, tornando o transporte para o contemporâneo tão omnipresente que paralisa a capacidade que, teoricamente, uma adaptação tem para revelar a alteridade diacrónica do texto que reporta, esclarecendo-a sem a apagar. Graça Moura usa de parcimónia e equilíbrio

nas associações que faz ao tempo atual, doseando-as habilmente para que funcionem como instrumentos de sedução do leitor e não como pontos de fuga que lhe permitam perder de vista a matéria para que supostamente está a ser convidado. Este efeito pernicioso, a que dificilmente escapam adaptações centradas, quase exclusivamente, na reconstrução do argumento original à luz das vivências do leitor-alvo (como sucede, a nosso ver, na adaptação d'*Os Lusíadas* publicada por Alexandre Honrado em 2002), é contornado nesta nova proposta, que em poucos momentos envereda pela concessão quando procura motivar. Ainda que se privilegie, em vários trechos, um registo de coloquialidade e de procura de intimidade com um leitor que se sabe muitas vezes avesso à leitura de textos não contemporâneos e – o que configura um segundo motivo de desconfiança – escritos em verso, a maioria das aproximações feitas à realidade cultural e linguística do nosso tempo parece-nos plenamente justificável, na medida em que se inscreve numa estratégia de esclarecimento das referências do original e não da sua liminar substituição por tópicos atuais, que acabariam por restringir o âmbito da leitura ao universo contextual limitado (muitas vezes claustrofóbico) do recetor, de que infelizmente a leitura escolar nem sempre se revela capaz de o fazer evadir. As alusões ao mundo do cinema, da banda desenhada, da mitografia juvenil e do futebol, bem como o

recurso a expressões da linguagem oral dos nossos dias (com os portugueses a verem sempre *a coisa tornar-se complicada*, Baco a *pintar o sete*, a Ilha dos Amores comparada a estância turística de *cinco estrelas* ou a ninfa Éfire *dando com os pés* ao marinheiro Leonardo), estão colocados ao serviço do esclarecimento da linguagem e das situações humanas contempladas no texto que estão fora do arco de conhecimentos e de experiências dos leitores a que se dirige esta adaptação.

O cuidado colocado na inclusão de notas de atualidade não se verifica apenas nos momentos em que se impõem razões de natureza linguística ou cultural (em sentido lato), uma vez que tal procedimento decorre também da motivação cívica que, para além da puramente estética, parece ter presidido à elaboração desta versão, facto evidente desde logo na entrada do prefácio. São preocupações desta ordem que explicam a salvaguarda dos valores civilizacionais atuais quando está em causa comentar ou verter momentos d'*Os Lusíadas* em que estão representados costumes, práticas ou ideologias aceitáveis na *forma mentis* de um poema épico escrito no século XVI, mas não consentâneos com o pensamento e a ética do nosso tempo.

Mas o sentido cívico que orienta a escrita desta adaptação de Graça Moura é sobretudo visível no segmento de abertura, prévio à síntese e ao comentário correspondentes ao canto primeiro. Em dezoito oitavas

intituladas “Sabemos muito pouco de Camões” (uma designação feliz, que deixa exposta, logo à partida, a justificação maior da redação do seu texto), Vasco Graça Moura define as premissas que orientam a sua reescrita e trata a produção d’*Os Lusíadas* como acontecimento da vida do seu autor, humanizando o texto e reconduzindo-o ao estatuto de objeto apreensível pelo leitor. Esta perspetiva permite corrigir o distanciamento excessivo que o revestimento institucional e canónico da obra pode imprimir à sua relação com o leitor, sublinhando a sua disponibilidade para ser apreciada e fruída, desde que sejam acautelados alguns requisitos e procedimentos decorrentes da particular natureza e da distante procedência da matéria textual. Funcionando como prolongamento do prefácio – e fazendo, dessa forma, o leitor jovem aceder a informação importante que geralmente é ignorada por se encontrar em posição paratextual –, este primeiro segmento comporta-se como zona de transição e compromisso entre a apresentação do *rationale* da adaptação e o começo da própria narrativa, numa atitude em que se combinam a vontade de tornar visível o carácter derivativo do produto manuseado e o objetivo, recorrentemente lembrado, de promover o seu modelo. Parece-nos que, considerando o conjunto das qualidades de sedução que a obra de Graça Moura tem a capacidade de exercer sobre os seus leitores, essa finalidade principal

tem excelentes hipóteses de concretização. A originalidade da proposta, que reside, afinal, na manutenção da proximidade máxima ao texto camoniano, aparece-nos afirmada pelo próprio adaptador, que não esconde o seu fascínio pela obra a que a sua voz se oferece como modesto instrumento de mediação e não perde ocasiões para – ainda que parenteticamente – ensinar, como faz entre a apresentação da formosíssima Maria e a narrativa do triste caso de Inês, que “bem valia/A pena ler aqui o original” (p. 51).

*Rui Manuel Afonso Mateus*

**POESIA E HAGIOGRAFIA**

**JOSÉ ADRIANO DE FREITAS CARVALHO**  
**Porto, Centro Interuniversitário de História da Espiritualidade, 2007**

**226 páginas, ISBN 9789729967023**

<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/8207.pdf>

Integrado na Série II da coleção *Via Spiritus*, o volume *Poesia e Hagiografia* integra-se com toda a pertinência no âmbito dos projetos desenvolvidos pelo Centro Interuniversitário História da Espiritualidade da Universidade do Porto (CIUHE), cuja herança científica foi recolhida pelo Grupo de Investigação “Sociabilidades, práticas e formas do sentimento religioso”, integrado no CITCEM (Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória) em 2007.